

# Os EUA E O ISLÃO RADICAL: UMA NOVA GUERRA FRIA?

Ana Santos Pinto

MARIA DO CÉU PINTO

**Os Infiéis  
da Terra do Islão:  
os Estados Unidos,  
o Médio Oriente  
e o Islão**

Lisboa,  
Fundação Calouste Gulbenkian  
e Fundação para a Ciência  
e Tecnologia  
2003, 376 páginas

A presença dos Estados Unidos no Médio Oriente tem sido uma das questões mais debatidas na análise das relações internacionais nos últimos anos. É inegável que o Médio Oriente é uma zona de importância vital, quer por motivos estratégicos quer por motivos económicos. É assim para americanos, como para europeus e russos. Contudo, desde a segunda metade do século XX, os Estados Unidos definiram como prioridade da sua política externa o controlo do Médio Oriente, quer para conter a ameaça soviética (durante a Guerra Fria), quer para garantir a segurança de Israel e assegurar o acesso a recursos energéticos fundamentais, como o petróleo.

Actualmente, um dos maiores debates centra-se na possibilidade de democratizar o Médio Oriente. Esta é uma tarefa assumida pela actual Administração americana. Segundo o projecto conhecido como «Grande Médio Oriente», os Estados Unidos propõem-se impulsionar reformas políticas e instalar regimes democráticos que garantam os direitos fundamentais dos cidadãos, desde Marrocos ao Paquistão.

Para analisar esta problemática é fundamental conhecer as linhas de força da política externa americana para o Médio Oriente. Este é o objectivo perseguido por Maria do Céu Pinto, professora na Universidade do Minho, no seu livro «Os Infiéis da Terra do Islão»: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão, o qual surge na sequência de uma tese de doutoramento defendida na Universidade de Durham, mas revista e actualizada após os acontecimentos de 11 de Setembro (e com um prefácio de Adriano Moreira).

Esta obra pretende, por um lado, dar uma visão de conjunto da política externa americana face aos diversos estados do Médio Oriente, desde a II Guerra Mundial até aos nossos dias; e, por outro, discutir os métodos segundo os quais o Islão tem sido identificado como uma das maiores ameaças à segurança internacional e, em particular, à dos Estados Unidos da América. Como tal, a análise encontra-se estruturada em três pilares: o fundamentalismo islâmico; a política externa americana para o Médio Oriente; e o Islão político.

## **PRIMEIRO, OS CONCEITOS**

Maria do Céu Pinto começa por analisar o fenómeno do fundamentalismo islâmico, expondo de forma elucidativa um conjunto de importantes conceitos. De facto, são inúmeras as confusões entre concepções como Islão, fundamentalismo e Jihad, por exemplo. Neste último caso, definido num âmbito geral como um esforço no caminho de Deus para encontrar a perfeição, é de salientar a distinção entre «grande Jihad», ou seja, a luta interna do indivíduo face à observância dos valores do Islão, e a «pequena Jihad», isto é, a defesa da fé utilizando a violência face a um inimigo externo.

«O fenómeno do fundamentalismo religioso implica sempre um regresso aos preceitos religiosos originais, aos alicerces puritânicos da fé» (p. 21), escreve a autora. Os fundamentalistas defendem assim um regresso aos princípios consagrados na Escritura, base das premissas ideológicas que suportam os movimentos radicais. O objectivo último é a criação de «um estado teocrático numa sociedade convertida aos valores do Islão» (p. 25), em oposição à impureza dos valores ocidentais que ao longo do período colonial, e actualmente, penetraram nas sociedades islâmicas.

Apesar das semelhanças em termos ideológicos, Maria do Céu Pinto salienta que «existe uma grande diversidade em termos de movimentos islamistas. Caracterizar o Islão actual é uma tarefa complexa [...] De facto, o mais exacto seria afirmar que o que realmente define o mundo islâmico é a diversidade dos movimentos» (p. 25).

A análise do fenómeno é realizada através de uma descrição da sua evolução histórica. «O movimento de ressurgimento islâmico só pode ser entendido no contexto do trajecto pós-independência dos países árabes. O movimento do ressurgimento islâmico da actualidade resulta directamente da emergência de Estados-nações no mundo árabe-islâmico» (p. 28). Isto porque «os islamistas contemporâneos apontam a experiência colonial como a principal responsável pelo declínio das sociedades islâmicas» (p. 41).

As críticas dos islamistas «radicam nos padrões de desenvolvimento sócio-económico das sociedades muçulmanas e nas consequências culturais e políticas desse desenvolvimento» (p. 29), fruto não só da actuação dos regimes autoritários no poder, mas também do apoio dado a estes pelo Ocidente.

Os americanos despertam para o fundamentalismo islâmico com a revolução iraniana de 1978-1979, através da qual os radicais chegam ao poder e declaram os Estados Unidos como o «Grande Satã». Na obra destaca-se o facto de esta ter sido uma revolução «genuinamente islâmica» e considerada uma «grande vitória e exemplo» pelos islamistas, já que tinha sido derrotado o inimigo ocidental, responsável por tantas humilhações ao longo da história. Para a autora este momento histórico inspira toda uma geração de fundamentalistas, desde as milícias do Hizbollah à Al-Qaida de Osama bin Laden. Contudo, ela nota que «o grande catalisador do movimento de ressurgimento islâmico foi a derrota dos estados árabes face a Israel em 1967» (p. 33).

## **ENTRE O PETRÓLEO E A SEGURANÇA**

Maria do Céu Pinto considera que «tradicionalmente, os Estados Unidos têm definido os seus interesses no Médio Oriente como sendo: o acesso aos recursos petrolíferos do Golfo; a defesa do Estado de Israel; a resolução do conflito israelo-árabe; a manutenção de uma situação sócio-política favorável aos Estados Unidos, nomeadamente através do apoio concedido a Estados árabes com uma orientação pró-ocidental. A estas prioridades deve-se acrescentar aquela que, paralelamente à questão petrolífera, durante o período da Guerra Fria, constituiu a primeira razão para a intervenção dos Estados Unidos na zona: a necessidade de conter o alastramento da influência soviética» (p. 47). Face à demonstração de interesse por parte da URSS em penetrar na região, não só por motivos políticos mas também económicos, «a principal preocupação de Washington passou a ser conter o expansionismo soviético no mundo árabe» (p. 49). Segundo a autora, «ao tentar congregiar o mundo árabe em torno de uma organização defensiva – um bloco pró-ocidental em pleno Médio Oriente – os EUA possivelmente terão alienado alguns países, empurrando-os para os braços da URSS» (p. 54).

Na análise da política externa norte-americana para o Médio Oriente é incontornável a questão do conflito israelo-árabe. «Não é possível perceber o sentimento anti-ocidental que perpassa todo o mundo muçulmano sem analisar o problema de Israel e a questão palestiniana» (p. 42). Contudo, Maria do Céu Pinto destaca, ainda, outros factos históricos determinantes para as

percepções árabes sobre o Ocidente, como a Guerra do Golfo de 1991, a guerra da Bósnia em 1992, e a invasão do Iraque em Março de 2003.

A autora considera que existem numerosas afinidades ideológicas, históricas e culturais que determinam a relação entre os Estados Unidos e Israel, e salienta, justamente, a importância do lóbi judaico na América. Esta «relação especial» tem largamente beneficiado Israel, fortalecida pela concessão por parte de Washington de um impressionante apoio económico e militar. Contudo, o que no aparelho político americano mais pesa a favor de Israel é o chamado lóbi pró-Israel que age principalmente ao nível do Congresso. Este lóbi exerce enorme pressão sobre a Administração, em particular por ocasião das campanhas eleitorais para o Congresso e para a Presidência dos EUA (p. 70).

Maria do Céu Pinto recorda dois episódios da história diplomática americana que corroboram esta tese. No primeiro, o Presidente Truman (1945-1953) declarou perante uma reunião de embaixadores americanos no Médio Oriente: «Lamento senhores, mas tenho de responder perante centenas de milhares de pessoas que estão ansiosas pelo sucesso do Sionismo: não tenho centenas de milhares de Árabes como meus eleitores» (p. 73). Um outro, já na Administração Clinton (1993-2001), recorda que «o Embaixador americano, Andrew Killgore, afirmou que a política dos Estados Unidos sobre o Irão constituía um alinhamento claro e inequívoco com os interesses de Israel [...] Bill Clinton acredita que não poderá ser reeleito sem o apoio maciço dos media e sem o

apoio financeiro do lobby israelita... Assim, ele e Christopher Warren estão dispostos a ‘comprarem’ os exageros israelitas no que reporta aos perigos emanados pelo Irão, quer acreditem neles ou não» (p. 270).

Segundo Maria do Céu Pinto, «numa análise retrospectiva, a história da presença americana no mundo árabe é uma história de sucesso. [...] Esta política (face ao Islão) foi formulada para enquadrar a posição americana face a um conjunto de desafios em desenvolvimento numa zona definida como «arco de crise» – uma zona que geograficamente se estendia do Norte de África à Ásia central» (p. 330).

#### **OS AMERICANOS FACE AO «PERIGO VERDE»**

A última parte é consagrada à análise do fenómeno do Islão político. Maria do Céu Pinto começa por denominar o perigo islamista como «perigo verde». Esta designação, utilizada por vários autores na última década do século XX, recorda o verde não só por esta ser, tradicionalmente, a cor do Islão, mas também por comparação à «ameaça vermelha», expressão utilizada para designar o perigo comunista durante a Guerra Fria.

A comparação entre o Islão e o comunismo soviético é umas das questões elaboradas pela autora, que procura demonstrar as diferentes percepções de análise dos investigadores. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos e o Ocidente deixaram de ter um inimigo definido. Para Maria do Céu Pinto, com o surgimento da ameaça do fundamentalismo islâmico, o Islão parecia ser «o candidato ideal ao papel de

vilão» (p. 258). «O estereótipo ocidental do Islão como ameaça era análogo à criação, na sequência do colapso da ideologia comunista, de um segundo “império do mal”» (p. 259).

«A política dos Estados Unidos em relação ao Islão político tem as suas raízes na administração Reagan, que se iniciou depois da revolução de 1979 no Irão e terminou antes da série de vitórias eleitorais islâmicas no Médio Oriente» (p. 299).

A ameaça islâmica tornou-se, então, «um termo popular em alguns redutos do Departamento de Estado, entre analistas políticos, lobbies e parte do aparelho político americano». Na nova ordem internacional, «o Islão era tido como o novo terreno de onde partiria a agressão contra o Ocidente, em substituição do comunismo da era bipolar» (p. 300).

O Islão surge como alvo de fácil comparação com o perigo soviético, não só para os Estados Unidos mas também para alguns dos seus aliados, como Israel. A autora recorda a teoria defendida por Leon Hadar, segundo o qual «o «perigo verde» serviria para restabelecer o papel de Israel como «trunfo estratégico» americano: aquele papel de Israel tinha sido posto em causa com o fim da Guerra Fria e conseqüente declínio da influência soviética no Médio Oriente» (p. 264).

Outro dos exemplos que poderá corroborar esta teoria é o papel da NATO, que viu os seus objectivos estratégicos esvaziados com o fim do mundo bipolar. Maria do Céu Pinto considera que «nas opiniões, por vezes inconfessadas, dos membros da Aliança, o maior desafio que a NATO terá de enfrentar é saber como lidar com o

Islão político enquanto força de mudança, talvez mudança violenta nos principais Estados do Norte de África». Recordando uma declaração do Secretário-Geral da NATO, em 1995, a autora afirma mesmo que «a Aliança estava tão preocupada com o fundamentalismo islâmico como havia outrora estado preocupada com o comunismo» (p. 253).

### «ACOMODACIONISTAS»

#### VS «CONFRONTACIONISTAS»

Ao analisar as estratégias americanas perante o Islão político, Maria do Céu Pinto descreve a confrontação de argumentos entre duas escolas: a acomodacionista (*accommodationist*) e a confrontacionista (*confrontational*).

A escola acomodacionista – à qual pertencem autores como John Esposito ou Graham Fuller – defende que o movimento islâmico não constitui uma ameaça, mas sim uma resposta à incapacidade dos governos árabes em resolverem os problemas sócio-económicos das populações. Assim, não deve ser impedido o acesso de islamistas ao poder – por exemplo, através da participação em actos eleitorais – uma vez que quanto mais forem excluídos mais radicais e extremistas se tornarão e mais forte será o sentimento antiocidental. Ao contrário, a escola confrontacionista considera que o Islão é inerentemente hostil ao Ocidente, pelo que é inevitável uma colisão. Esta é a teoria defendida por autores como Samuel Huntington ou Daniel Pipes.

Maria do Céu Pinto considera que a política americana consagra o respeito pelo Islão «como grande religião», estabele-

cendo uma distinção entre «os muçulmanos moderados (mesmo que politicamente empenhados) e os radicais». Ou seja, «o Islão em si não constitui um problema para a política externa americana: o problema são os movimentos que usam da violência, pregam a intolerância ou violam os direitos humanos e atentam contra princípios importantes como a democracia, mercado livre e estabilidade» (p. 331). Esta distinção «é politicamente útil porque permite a Washington opor-se a grupos que advoguem a violência e se oponham aos regimes moderados pró-ocidentais» e «permite aos Americanos apoiarem os “bons fundamentalistas”, aqueles que embora fanáticos possam ajudar a defender os interesses americanos (como fizeram com os mujahaideen afegãos durante os anos 80)» (p. 332).

Perante declarações de diversos responsáveis das sucessivas administrações americanas, em particular na última década do século XX, Maria do Céu Pinto conclui que «o uso de táticas extremistas e a avaliação dos interesses americanos envolvidos em determinado contexto, são as condições que Washington estabelece para a aceitação dos islamistas» (p. 319).

### A DEMOCRACIA E O ISLÃO

Ao analisarmos as relações entre o Ocidente, particularmente os Estados Unidos, e o Médio Oriente é impossível não referir a tese do «Choque de Civilizações», desenvolvida por Samuel Huntington no início dos anos 90.

Com o 11 de Setembro, muitos afirmaram que «a animosidade do Islão contra o Ocidente é a demonstração do “confronto

civilizacional” de que falava Huntington. Parece ser este aliás, o ponto de vista de Bernard Lewis [...] o autor afirma que a actual animosidade entre as duas civilizações deriva da humilhação, inveja e receio sentido pelos Muçulmanos em relação ao Ocidente». Na sua análise, Maria do Céu Pinto considera que Lewis defendia que «o movimento fundamentalista não seria assim um fenómeno circunstancial ou conjuntural, mas o resultado de um padrão histórico comprovado» e que «Huntington avançou com uma posição similar ao afirmar que o confronto civilizacional deriva da incompatibilidade do Islão com axiomas fundamentais do pensamento ocidental, como a democracia e a modernidade» (pp. 38-39).

Entre estas duas teses será necessário fazer uma distinção: Samuel Huntington considera que existe uma colisão entre a cultura ocidental e outras religiões, como o islamismo e o confucionismo, pelo que o fenómeno da globalização trará um choque inevitável, provavelmente entre muçulmanos e não-muçulmanos, não só no contexto internacional como no interior dos grandes estados, como por exemplo os Estados Unidos; já Bernard Lewis, como a autora indica, defende que «a natureza e a história do Islão e a relação entre o Islão e o poder temporal, não fazem da democracia liberal e do Islão companheiros naturais». Porque «no pensamento islâmico não existem tais considerações» (p. 292). Tal, contudo, não significa uma colisão irremediável entre civilizações, já que o próprio autor considera que é sobretudo necessária uma evolução interna, que o mundo islâmico

ainda não experimentou, para existir uma real adaptação à democracia.

Muitos no Médio Oriente vêem os Estados Unidos e o Ocidente como guardiões do *status quo*, já que apoiam os regimes autoritários no poder, perante o receio do perigo do fundamentalismo islâmico. Esta é, sem dúvida, uma questão central. Tal como salientou o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, num discurso recente em Munique, «nem os Estados Unidos nem a Europa e o Médio Oriente podem continuar tolerar o *status quo* na região».

Maria do Céu Pinto recorda que «a política americana em relação ao Islamismo padece de algumas limitações: uma delas é saber até que ponto os Estados Unidos podem e devem fazer pressão para implantar a democracia e defender os direitos humanos, sabendo que a promoção de tais ideais pode favorecer a tomada de poder dos islamistas» (p. 322). Este é o dilema não só das administrações americanas, como da própria União Europeia na sua relação com os países muçulmanos, em especial do Norte de África (por exemplo da Argélia). Para a autora, «a conclusão lógica é que Washington prefere preservar as ditaduras existentes, pois estas são menos sensíveis a certos valores e estão mais insuladas das pressões do meio internacional» (p. 323).

Uma análise deste tipo coloca-nos várias questões: será que existe um confronto inevitável entre os princípios do Islão e a cultura democrática ocidental, baseada numa sociedade aberta e igualitária, e com a responsabilização dos governos através do sufrágio eleitoral? Será possí-

vel impor a democracia de cima para baixo, sem preparar as sociedades civis para uma participação activa e consciente nos destinos dos seus países? Ou será preferível continuar a apoiar governos autocráticos sob pena de permitir o acesso ao poder de grupos islâmicos radicais, tendo como principal conse-

quência um fortalecimento da revolta contra o Ocidente e a ideia de modernidade? Para estas questões não encontramos respostas claras. Mas elas não deverão estar ausentes das reformas políticas de que o Médio Oriente tanto carece, nem das estratégias que o Ocidente vier a delinear para a região. **RJ**